

Servidores mobilizam por campanha salarial e reposição de perdas

A frustração dos trabalhadores do setor público ao fim da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), ontem, 29, traz um choque de realidade para categoria quando o governo anunciou que apenas R\$ 1,5 bilhão está disponível no orçamento para atender as demandas dos servidores, incluindo reajuste, reestruturação de carreiras e benefícios, valor muito aquém das necessidades.

Agora os trabalhadores precisam ficar atentos ao chamado dos sindicatos que terão a tarefa de organizar e construir uma grande mobilização nacional para pressionar os parlamentares a remanejar verba de outros setores para que; além de atender a demanda dos servidores públicos por reposição salarial das perdas inflacionárias do período de 2017 a 2023, contemplar também a reestruturação de carreiras e reajuste dos benefícios.

Essa situação serve também para mostrar mais uma vez que apesar dos trabalhadores terem escolhido um presidente que entende a luta da categoria, o or-



çamento federal é construído para ser aprovado no Congresso, que nessa legislatura tem um perfil extremamente contrário ao fortalecimento dos serviços públicos e à valorização dos servidores.

“Nós precisaremos mobilizar os servidores para pressionar os parlamentares e também abrir diálogo com a sociedade, para mostrar que só teremos melhoria no atendimento à população com a reestruturação e fortalecimento do setor público”, disse João Carlos Martins, presidente do Sindsep/MA.

Apesar do momento frustrante, os trabalhadores precisam usar esse revés como incentivo para ocupar as ruas, praças e aeroportos na construção de mais uma campanha vitoriosa em de-

fesa dos serviços públicos e valorização dos servidores.

O secretário Geral da Condef, Sergio Ronaldo, reafirmou que o valor disponibilizado pelo governo federal para investimento no funcionalismo foi muito abaixo do esperado e necessário para a reconstrução do Estado brasileiro.

Segundo o secretário geral, não é aceitável que o orçamento da união contemple o agronegócio com mais de R\$ 300 bilhões e para os servidores que tem a responsabilidade de executar as políticas públicas sobre apenas R\$ 1,5 bi. "Devemos ficar atentos e vamos construir um calendário de mobilização. O momento é de mobilizar para disputar o orçamento", afirmou Sergio Ronaldo.

Sindsep/MA realiza assembleia para XIV Concondsef e V Confenadsef

O Sindsep/MA vai realizar no próximo dia 31 de agosto, uma Assembleia Geral para a eleição de delegados(as) para participarem dos Congressos da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - Condef e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - Fenadsef.

O evento vai acontecer de forma híbrida, presencial e online. Para os servidores que optarem pela participação presencial, a assembleia vai acontecer na sede do Sindsep/MA, os que decidirem pela participação online, o link será <https://meet.google.com/pjj-ayik-dce>.

A assembleia está marcada para começar às 14h.

Os congressos da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - Condef e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - Fenadsef, serão realizados durante os dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro de 2023, em Brasília-DF.

CUT e demais centrais aderem ao Pacto Nacional pelo combate à Desigualdades

A CUT e as demais centrais sindicais aderiram ao “Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades” lançado nesta quarta-feira (30), durante cerimônia no Salão Nobre do Congresso Nacional.

A proposta é organizada pela Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD), que reúne 60 entidades. Além do movimento sindical, estão presentes organizações da sociedade civil, representações patronais e esferas de governo com o objetivo de transformar o combate às diferenças sociais em prioridade para o país.

O pacto prevê o monitoramento periódico de políticas públicas por meio do estabelecimento de metas, indicadores e cobrança de resultados de forma contínua para assegurar que os programas implantados, de fato, promovam a igualdade em 10 áreas:

- . Raça e Gênero – de forma individual e transversal
- . Educação
- . Saúde
- . Renda, riqueza e trabalho
- . Clima e meio ambiente
- . Desigualdades urbanas – intracidades e desigualdade territorial – entre as cidades
- . Desigualdade de representação política
- . Segurança pública
- . Habitação e saneamento básico
- . Segurança alimentar

Classe trabalhadora tem proposta

Em documento assinado pelas CUT e as demais centrais, as entidades destacam 10 iniciativas fundamentais para diminuir as diferenças no país, entre os quais, a manutenção da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, a inclusão de cláusulas com regras e políticas que assegurem o princípio de trabalho igual, salário igual para mulheres, população negra e pessoas com deficiência nos Acordos e nas Convenções Coletivas de Trabalho por meio das negociações e a promoção de ação que ampliem a proteção trabalhista e previdenciária.

A expansão da cobertura e da proteção sindical e a reorganização do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda também são pautas defendidas pelas entidades.

Presente no lançamento, o Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, destacou que a luta pela igualdade é histórica da Central e da classe trabalhadora.

“Esse é um tema que há muito tempo debatemos e combatemos. Essa iniciativa é fundamental para fazer a discussão e comprometer os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a realizarem ações que promovam uma mudança estrutural no país”, apontou.

Também nesta quarta, ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar Mista Pelo Combate às Desigualdades e no período da

tarde, o pacto será apresentado no Palácio do Planalto com participação de representantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

O espaço foi criado em 2003, durante a primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e extinto em 2019 pelo ex-presidente, hoje inelegível, Jair Bolsonaro (PL). O CDESS conta com 150 nomes e organizações como a CUT, que assessoram o presidente da República e os ministros na formulação e análise de políticas e diretrizes destinadas ao desenvolvimento econômico social sustentável do país.

Brasil segue desigual

De acordo com a pesquisa Cidades Sustentáveis, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis e do Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, o país segue desigual em muitos aspectos, dentre eles, o campo do trabalho.

Segundo o levantamento, 31% dos brasileiros e brasileiras, o equivalente a 52 milhões de pessoas, tiveram de fazer alguma atividade extra para complementar a renda.

Os dados têm relação direta com a situação social no país. Conforme destaca a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), divulgada em maio deste ano, 13,7 milhões de pessoas vivem em condições de miséria no país.

Fonte: Cut Nacional